

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

Olga Magano¹

Carlos Medinas²

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre o acesso, conhecimento e uso de ferramentas digitais por parte de pessoas ciganas em Portugal partindo do facto de que continuam a ser sinalizadas como as mais pobres, excluídas e marginalizadas socialmente (FRA, 2012); apresentam as mais altas taxas de analfabetismo, de abandono escolar precoce e insucesso escolar (Mendes, Magano & Candeias, 2014); têm baixas qualificações escolares e profissionais e são também as mais infoexcluídas (Castells, 2007).

São usados dados provenientes de várias fontes (bibliografia nacional e internacional e resultados de alguns projetos de investigação recentes) e centramos o nosso foco nos desafios colocados às pessoas de origem cigana, às instituições educativas e à sociedade do conhecimento no sentido de questionar se as políticas públicas e práticas educativas têm sido capazes de reduzir o analfabetismo e promover o sucesso escolar e a literacia funcional. Sabemos que o analfabetismo e o abandono escolar precoce não permitem que esta população esteja preparada para fazer face aos desafios colocados por uma sociedade digital e digitalizada, devido ao somatório de *handicaps* em termos de aquisição de competências escolares e de literacia (em sentido clássico e também digital). No entanto, a nova geração de crianças e jovens ciganos mas também pessoas mais velhas revelam predisposição para uso de **novas tecnologias e estar “em rede”**, o que vai sendo incorporado na vida quotidiana, dos indivíduos e das famílias mas que é condicionado pela pouca escolaridade que impede o uso pleno e efetivo (Medinas, 2018).

Palavras-chave: Ciganos; Educação; Analfabetismo; (I)Literacia Digital

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the access, knowledge and use of digital tools by Roma people in Portugal, considering the fact that they

¹ Universidade Aberta e Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, olgamagano@gmail.com

² Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Doutorando em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Portugal, cb.medinas@gmail.com

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)liferacia de pessoas Ciganas em Portugal

continue to be mentioned as the poorest, excluded and socially marginalized (FRA, 2012); they show the highest rates of illiteracy, early school leaving and school failure (Mendes, Magano & Candeias, 2014); they have the lowest school and professional qualifications and are also the most info excluded (Castells, 2007).

Data from various sources (national and international bibliography and results of some recent research projects) are used and we focus on the challenges presented to the Roma people, the educational institutions, and the society of knowledge in order to question whether the public policies and educational practices have been able to reduce illiteracy and promote school success and functional literacy.

We know that illiteracy and early school leaving do not allow this population to be prepared to face the challenges imposed by a digital and digitalized society, due to the sum of handicaps in terms of acquiring school skills and literacy (in the classical and the digital senses). However, the new generation of children and youth Roma people as well as older people show a **predisposition to use new technologies and to be “network connected”, which** is being incorporated into the daily lives of individuals and families but limited by the low schooling range that prevents full and effective use (Medinas, 2018).

Keywords: Ciganos/Roma; Education; Illiteracy; Digital (I)Literacy

Introdução

As sociedades contemporâneas caracterizam-se pela difusão de informação, desenvolvimento tecnológico e transformação digital. No entanto, persistem desigualdades entre os cidadãos no acesso e manuseamento da informação e de ferramentas digitais o que provoca novos tipos de desigualdades, para além das tradicionais.

Neste artigo analisamos o caso das pessoas de origem cigana em Portugal e as formas de acesso, conhecimento e uso de ferramentas digitais tendo como eixos de enquadramento o facto de continuarem a ser referenciadas como as mais pobres, excluídas e marginalizadas socialmente (FRA, 2012); as que apresentam as mais altas taxas de analfabetismo, de abandono escolar precoce e insucesso escolar (Mendes, Magano & Candeias, 2014); têm mais baixas qualificações escolares e profissionais e também as mais infoexcluídas (Castells, 2007). A análise é complementada com a apresentação de resultados relativos à população cigana residente em Reguengos de Monsaraz.

1. Transformações sociais, informacionais, digitais e o impacto na escolaridade de Pessoas Ciganas

No século XX assistiram-se a grandes acontecimentos históricos, nomeadamente a II Guerra Mundial o que despoleta imagens de representação sobre o holocausto e as tentativas de extermínio de judeus e de ciganos (Margalit, 2002). O extermínio de ciganos, durante muito tempo ignorado, foi reconhecido pela Comissão Europeia e proposto que seja reconhecido pelos estados-membro e estabelecido o dia 2 de agosto para a Comemoração do Holocausto Cigano (Diário de Notícias, 2 Agosto 2017).

Os estudos sobre as raças humanas criaram a ideia da superioridade de umas sobre as outras como foi o caso “da obra de Gobineau sobre a desigualdade das raças humanas, publicada em meados do século XIX, que **constitui um dos marcos fundamentais do ‘racismo científico’, tendo exercido uma enorme influência no desenvolvimento posterior da ideologia nazi.**” (Miles, 1995 [1989] citado por Cabecinhas e Amâncio, 2003, p.4).

O pós-guerra traz a necessidade de paz e também uma redefinição de alguns conceitos aclarando-os, como foi o caso de Lévi-Strauss (1952), que em **“Raça e Historia” explica** a não diferenciação de raças: só existe uma raça, a raça humana.

O século XX traz também outras mudanças de paradigmas que alteram as fontes de produção, ou seja, as sociedades industriais transitam para a sociedade da informação. A nova sociedade que despontou foi consequência de um avanço tecnológico intenso. Em 1945 nasceu o primeiro computador digital, seguiram-se outras versões baseadas na redução de tamanho, e aumento de capacidade de processamento. Em 1981 surge a IBM Pc, o primeiro computador pessoal, possibilitando pelo seu preço e capacidade de processamento, a utilização massiva de computadores.

Nos anos 60 do século XX nasce a Arpanet (rede de computadores), dando origem à internet que é **“um grande número de redes independentes** que se foram progressivamente conectando entre si através de protocolos **comuns”** (Rosa, 2012: 107). Em 2018, a internet é utilizada por cerca de 3.9 mil milhões de utilizadores significando sensivelmente 51,2% da população mundial (Agência Lusa, 2018).

Ancorado nas tecnologias digitais, Castells (1999: 67), considera que **“no final do século XX vivemos um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação da nossa “cultura material”** pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da **informação.”**

Esta **“sociedade Informacional”** traz consigo novos desafios à população mundial, reproduzindo novas desigualdades sociais e económicas num contínuo onde a sociedade capitalista se afirma e reafirma. Este contínuo levou ao que Mbembe (2014) denomina por neoliberalismo como **sendo “uma fase da história da Humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais (p.13).**

Esta nova sociedade colocou dois grandes desafios: a necessidade de acesso aos meios físicos para poder utilizar as novas ferramentas tecnológicas e a necessidade de saber utilizar as novas tecnologias. Neste

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

sentido, o novo mundo digital provoca uma divisão entre as pessoas que têm capacidade de aceder a computadores e internet e as que não têm. Essa diferença de capacidade de acesso verifica-se também a nível dos hemisférios, continentes, países e regiões dentro dos próprios países: pouco mais da metade da população mundial tem acesso às tecnologias digitais (Sanou, 2016).

Se o acesso a computadores e internet é condição primeira para participar na sociedade digital, o saber utilizar esses meios é o que possibilita essa participação. Assim, o não saber ou não ter acesso a utilizar as tecnologias da informação criou uma imensidão de infoexcluídos, termo que Castells utilizou para definir as desigualdades a vários níveis, perante a utilização das tecnologias de informação, originando uma espécie de fratura digital (Castells, 2007, p. 312). As consequências desta fratura tornam-se visíveis na extinção e no aparecimento de novas profissões ou inadaptação ao novo lugar de trabalho, originando diversos processos de inclusão e exclusão quer no mercado de trabalho, quer social. Portugal os grupos sociais que menos têm acesso à internet são: os mais idosos, os menos escolarizados, desempregados e reformados e os mais pobres e desprotegidos (ANACOM, 2016). Conclui-se, assim que devido aos desenvolvimentos tecnológicos e dos modelos societários assentes na informação, para além de saber ler e escrever, é, pois, necessário possuir competências para a utilização das tecnologias digitais.

1.1. Os ciganos em Portugal

A presença dos ciganos em Portugal é registada na literatura portuguesa, numa poesia de Luís da Silveira, incluída na obra *O Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, no ano de 1510. No ano de 1521 é editada a obra **“Farsa das Ciganas,” de Gil Vicente** (Coelho, 1892; Nunes, 1996). Estas referências aos ciganos situam a sua presença no território português no século XVI, são, portanto, 500 anos de relacionamento, que se pautou pela fricção e atrito: **“a cidadania foi-lhes recusada até à Constituição de 1822 e ser-se cigano/a foi considerado crime até ao Código Penal de 1852”**. Têm sido pois séculos de exclusão social, nomadismo forçado, segregação social e territorial e ainda de impedimento de acesso ao sistema de ensino. Só recentemente se vislumbra alguma preocupação com a integração das pessoas ciganas na sociedade maioritária. Apesar de algumas medidas avulsas do estado português para amenizar as condições de vida da população cigana, elas não têm surtido o efeito necessário ao nível do acesso a emprego e a habitações condignas. Nas escolas, a maioria das crianças não ultrapassa o 9º ano de escolaridade. Em termos de apoios de proteção social, o Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida que teve por objetivo **“assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.”** (Segurança Social, 2020). Mas, apesar deste apoio social permitir que muitas

peças ciganas sobrevivam à pobreza, pouco tem resultado em matéria de inserção social e profissional. No entanto esta medida criou um sentimento de indignação por parte da sociedade maioritária, aumentando ainda mais os sentimentos de discriminação e racismo pelos ciganos e não criou a referida **“progressiva inserção social e profissional”** (Magano, 2010).

Não obstante a discriminação em relação às pessoas ciganas, há também que reconhecer que nos últimos anos os problemas destas pessoas têm sido dados a conhecer por diversas organizações e pelo próprio governo, assumindo-se que se trata de um problema social estrutural.

1.2. A situação escolar dos ciganos em Portugal

Os dados disponíveis em Portugal apontam para uma população cigana pouco escolarizada, apesar de a escolaridade ser obrigatória há largos anos e desde 2009, é de 12 anos, até aos 18 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).

De acordo com o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes, Magano e Candeias, 2014), através de inquérito aplicado a 1599 pessoas ciganas residentes nos distritos de Portugal continental, conclui-se que a situação dos Ciganos em termos escolares, é preocupante e continua a apresentar níveis de analfabetismo e de iliteracia muito baixos: 27,1% não sabem ler nem escrever; 4,8% sabem ler e escrever mas não completaram grau de ensino; 19,2% frequentaram o 1º ciclo mas não o completaram; 22,5% possuem o 1º ciclo; apenas 13,7% concluíram o 2º ciclo; 7,2% possuem 3º ciclo; 2,3%, o ensino secundário, 0,4%, o ensino médio/ profissional e 0,1%, a licenciatura.

Dados disponibilizados pela Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), relativos a alunos matriculados em escolas públicas do Ministério de Educação, no ano letivo 2016/2017 e, de acordo com inquérito respondido pelas direções escolares revelam que estavam matriculados 12963 estudantes, distribuídos pelos vários níveis de ensino: pré-escolar 1945 (15%); no ensino básico – 5879 (45,4%); 2º ciclo – 3078 (23,7%) 3º ciclo 1805 (13,9%). O ensino básico perfaz 10762 estudantes matriculados (83%). Nesse ano estavam matriculados 256 estudantes no ensino secundário (2,0%). Estes dados permitem constatar que o número de estudantes matriculados diminui à medida que aumenta o nível de ensino, sendo a maior concentração nos dois primeiros ciclos do ensino básico.

Em 2020, a DGEEC divulgou dados relativos ao inquérito aplicado às escolas relativo ao ano 2018/2019 em que responderam 808 escolas, com uma taxa de resposta de 99%. No que se refere a estes dados, apenas 2,6% de ciganos estão matriculados no ensino secundário e em que 58% do total que estão no ensino secundário residem no Norte.

No que se refere à retenção existem elevadas taxas, de 15,3% (22,1% no 1º ciclo e 17,7% no 2º ciclo), bem como é possível apreciar-se disparidades regionais. As taxas de retenção mais elevadas são na Área Metropolitana de Lisboa 23,5%, Alentejo 22,3%, Algarve 21,9% e 9,5% no Norte.

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

Estes dados vão de encontro aos apresentados por Nicolau (2010), num estudo sobre os ciganos em Trás-os-Montes em que constata que entre alunos que frequentam o 1.º ciclo em 2005/2006 se verificavam elevadas taxas de insucesso (45%) e abandono escolar (15%).

De igual modo assiste-se a abandono escolar precoce por parte de crianças e jovens ciganos, e nos dois estudos da DGEEC é possível verificar que se passou de 5,9% para 8,1%, ou seja, houve um aumento de abandono (DGEEC 2018; 2020).

O fenómeno de abandono escolar e de níveis de escolaridade baixos é mais acentuado nas mulheres ciganas, sendo raros ainda casos em que realizam o ensino básico (ou seja, até ao 9.º ano de escolaridade) e muito mais escassos os casos de frequência e conclusão do ensino secundário. Isto acontece mesmo no caso de mulheres e homens integrados do ponto de vista laboral, no mercado de trabalho, em que as mulheres são menos escolarizadas do que os homens (Magano, 2010). Os 12 anos de escolaridade obrigatória são ainda uma etapa pouco concretizada de um modo geral pelos jovens ciganos mas é mais evidente no caso das mulheres, em que é mais perceptível o peso da herança cultural, no que se refere ao resguardo do convívio com jovens não ciganos e preservação da pureza para o casamento. Continua-se a verificar formas de reprodução de desigualdade de género, sendo que há casos de abandono escolar entre os 11 e 14 anos por parte das meninas e os meninos deixam a escola um pouco mais tarde, em torno dos 16 e 18 anos (Mendes, 2012). No entanto, a realidade de abandono precoce não é igual para todo o país. Segundo a DGEEC (2020), na AML, a taxa de abandono no 2.º ciclo por parte das raparigas é 20,4% (14,3% dos rapazes); no 3.º ciclo é de 25,1% contra 8,2% e no secundário, 37,5% contra 16,2%. No ensino doméstico encontramos 52 meninas no 2.º ciclo (12 meninos) e 11 no 1.º ciclo (6 rapazes).

Por seu lado, através de um estudo realizado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (AML e AMP), em 2013/2015, no âmbito do projeto “Fatores-chave para o sucesso e continuidade dos percursos escolares dos ciganos: **indivíduos, famílias e políticas**”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/IVC-PEC/4909/2012), através de uso de metodologia qualitativa (análise documental; mapeamento de projetos locais nas duas **AM’s**; entrevistas a responsáveis, coordenadores e técnicos de projetos, bem como a mediadores ciganos da AML e AMP; entrevistas em profundidade a pessoas ciganas dos territórios etnográficos (72); etnografias de Bairro (em 6 territórios); etnografias em escolas e grupos focais) foi possível apurar, no que se refere à situação escolar dos ciganos, a existência de desigualdades de género quanto à frequência escolar; que os estudantes são beneficiários da ação social escolar; as escolas frequentadas nesses territórios são escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; que se verifica a tendência para a integração de crianças e jovens em PCA – Percursos Curriculares Alternativos e o PIEF – Programas Integrados de Educação e Formação, a partir do 2.º ciclo; encontram-se também casos de ações de alfabetização, cursos de competências básicas, cursos de Educação e

Formação de Adultos (EFA) e formação parental; a presença de poucos colaboradores de origem cigana nas instituições; foram sendo apresentados alguns motivos considerados de natureza cultural, tal como o casamento e as obrigações associadas a este facto (Magano & Mendes, 2016; Magano, 2017; Mendes, Magano, & Costa, 2020).

1.3. Principais políticas públicas com impactos sobre a escolaridade dos ciganos

No estudo nacional sobre os ciganos em Portugal (Mendes, Magano e Candeias, 2014) é possível encontrar uma lista exaustiva sobre as políticas públicas em Portugal que, nas várias áreas, não sendo dirigidas especificamente a pessoas ciganas mas que as abrangeram. No contexto deste artigo salientamos as que se relacionam diretamente com a escolarização. Assim destacamos a importância assumida pela escolaridade obrigatória, que sofreu várias etapas, sendo as mais recentes do 9º ano de escolaridade (1986) para o 12º ano (2009), sendo obrigatório permanecer na escola até aos 18 anos, fazendo com que as famílias se vão ajustando a esta imposição; o Programa Especial de Realojamento (PER), em 1993, que permitiu que famílias ciganas fossem realojadas em habitação social; o RSI - 2003 - que substituiu o antigo Rendimento Mínimo Garantido (RMG) – 1996 e que constitui um instrumento de redução de pobreza extrema e elabora contratos de inserção para todos os elementos familiares, sendo um dos pilares, a realização de escolarização para quem não a detém e também formação profissional, assim como a inscrição nos Centros de Emprego; os TEIP, desde 1996, encontram-se em escolas em territórios vulneráveis permitindo às escolas acesso a recursos vocacionados para essa finalidade; o Programa Escolhas, desde 2001 e que vai na sétima geração; o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) – 1999; o Programa Novas Oportunidades e RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) (até 2010) e o Programa Qualifica (desde 2017).

Do ponto de vista das políticas públicas podemos dizer que há uma diversidade, mas os efeitos sentidos são pouco relevantes, no que se refere ao aumento da escolaridade das pessoas ciganas em Portugal.

2. O caso dos Ciganos de Reguengos de Monsaraz

2.1. Metodologia e caracterização da população cigana reguenguense

Foi realizada uma investigação sobre pessoas ciganas residentes em Reguengos de Monsaraz e literacia digital com recurso a metodologia mista: aplicação de um inquérito por questionário a 98 inquiridos ciganos e entrevista semiestruturada a 4 profissionais que interagem com pessoas ciganas, no campo da educação e do acesso a ferramentas digitais. Com a

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

aplicação do inquérito procurámos conhecer as condições de vida mas também o que sabem e como lidam com as tecnologias de informação. Os resultados obtidos foram analisados através do programa SPSS.

No decurso da investigação foi realizada observação dos espaços em que residem os inquiridos e análise das interações estabelecidas nos locais de residência, de acordo com os ensinamentos de Quivy e Campenhoudt (1992: 199) no que se refere à análise de material não suscitado pelo investigado. Realizamos ainda uma pesquisa documental aos livros de atas das reuniões **da Câmara do Município onde realizamos a nossa investigação**, “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de **fontes primárias**” (Marconi & Lakatos, 2003. p. 174). Esta pesquisa documental teve como objetivo conhecer as situações que chegavam à Câmara Municipal relativas à população cigana e assim perceber as dinâmicas da difícil relação entre o poder dominante e a cultura cigana.

As pessoas ciganas alvo desta investigação são cerca de 200, distribuídas em 4 espaços geográficos distintos. O grupo maior está concentrado em um bairro situado fora do perímetro urbano da cidade, com condições precárias: pisos em terra, buracos, falta de drenagem das águas da chuva, barracas e pré fabricados e separados da estrada municipal por um muro. O acesso pedonal ao bairro, não tem sinalização vertical nem horizontal para a passagem de peões. A habitação é um dos principais problemas das 98 pessoas ciganas inquiridas, 43 vivem em habitação do tipo clássica, mas com diversos problemas, 55 vivem no bairro, 32 em habitações pré-fabricadas em mau estado de habitabilidade e 23 em barracas mantidas de pé por um amontoado de chapas e outros tipos de materiais.

O inquérito por questionário foi aplicado a 54 mulheres e 44 homens, a média das idades dos inquiridos é de 28 anos, variando entre os 8 e os 71 anos. É, pois, uma população jovem que apresenta uma forte concentração nos grupos etários até aos 30 anos de idade. O casamento, em média, ocorre aos 18 anos para os homens e aos 16 para as mulheres, registando-se, no entanto, casamentos (**de acordo com a “lei cigana”**) de raparigas aos 14 anos. Os casamentos ocorrem dentro da própria comunidade revelando forte prática endogâmica.

Os casais inquiridos tiveram em média 4 filhos, atualmente a maioria das crianças frequentam os estabelecimentos de ensino, quer os jardins-de-infância quer o ensino primário e 3º ciclo.

A quase totalidade desta população recebe apoio social através do RSI, no entanto nenhuma destas pessoas se encontra na situação de empregado. Fazem alguns trabalhos sazonais na agricultura, que não lhes permite ter um mínimo de estabilidade financeira para que possam prescindir do recurso ao RSI.

2.2. A situação escolar dos ciganos em Reguengos de Monsaraz

Na população inquirida, 38% são analfabetos e 62% sabem ler e escrever. O nível de escolaridade mais elevado atingido é o 9º ano. No período da investigação apenas 1 aluno frequentava a ensino secundário (10º ano). O abandono escolar é de 75%, revelando as baixas competências escolares desta população. Dos 98 inquiridos, 25% nunca frequentaram a escola, 53% dizem ter frequentado e 22% estão a frequentar. Dos 52 inquiridos que frequentaram a escola, 9% concluíram somente o 1º ciclo, 8% concluíram somente o 2º ciclo e 8% terminaram o 3º ciclo.

As capacidades de leitura e escrita são muito recentes para a maioria das pessoas ciganas, sendo que é frequente que tendo ido à escola, muitas vezes não foram adquiridas competências de literacia nas gerações mais velhas (Magano & Mendes, 2016). Atualmente todas as crianças de Reguengos de Monsaraz vão à escola, à semelhança do que acontece a nível nacional (Mendes, Magano e Candeias, 2014) quebrando um ciclo de analfabetismo que durou séculos. Os problemas colocam-se sobretudo na mudança de ciclo, do 1º para o 2º ciclo e do 2º para o 3º onde são ainda muito frequentes as retenções e o abandono escolar (Mendes, Magano e Candeias, 2020).

No caso dos ciganos de Reguengos de Monsaraz podemos observar que saber ler e escrever é uma capacidade que apenas se verifica nos grupos etários até aos 30-34 anos, o que está consonância com o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (M. Mendes et al., 2014). Nas pessoas a partir dessa idade prevalece o analfabetismo (Medinas, 2018) o que impede o exercício de uma cidadania ativa efetiva, nomeadamente na perceção quanto a situações de discriminação (as pessoas que sabem ler e escrever sentem-se mais discriminadas do que as que não sabem ler).

Os dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas, permitiu-nos verificar que o número de estudantes ciganos matriculados nas escolas do concelho, a partir do ano letivo de 2012/2013, apresenta uma tendência crescente. As estatísticas recolhidas mostram que os alunos ciganos são 4% da população estudiantil do agrupamento de escolas.

2.3. Literacias digitais dos ciganos de Reguengos de Monsaraz

No mundo contemporâneo em que vivemos, saber ler, escrever e contar já não é suficiente. São necessárias mais competências para lidar com o mundo digital. As tecnologias da informação e comunicação são o meio de desenvolvimento da economia mundial, estão “presentes na maior parte das atividades humanas, desde o trabalho até às atividades de lazer, é uma realidade a que ninguém pode ficar indiferente, sob pena de se ver arreado do mundo real.” (Medinas, 2019, p. 129). Literacia digital é um termo criado por Gilster (1997), como sendo “**a habilidade de entender e utilizar a informação de múltiplos formatos e proveniente de diversas fontes quando apresentada por meio de computadores.**” (p.1). Posteriormente têm surgido múltiplas e variadas definições do conceito, consequência da evolução das

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

tecnologias de informação e a necessidade de aquisição de competências para as utilizar.

Nos participantes do estudo (98 pessoas), entre os 8 e os 72 anos, constatou-se que 48 indivíduos são possuidores de telemóvel e 50 não possuem. Os telemóveis são usados principalmente para fazer e receber chamadas, receber e enviar SMS; tirar fotos e ouvir música, como relógio despertador, alarme, jogar e também para aceder à internet.

Relativamente à posse de computadores, constatámos que apenas 15 indivíduos referiram que os tinham e quanto à utilização, 51,5% declara que já usou computador e 47,5% não. Entre os que declaram usar o computador, foi sobretudo com a finalidade de aceder à internet, seguindo-se a escrita de textos, jogar, ver filmes e impressão de documentos.

Apurámos também que os principais locais onde acedem a computadores são o Espaço Internet local (43%), seguindo-se o espaço CID (Centro de Inclusão Digital do Programa Escolhas), (22%); escola (18%) e em casa (17%).

O acesso à internet é crucial na atualidade, não possuir competências para operar no mundo digital é estar fora do mundo atual, é estar fora do mundo do emprego e conseqüentemente em situação de exclusão social.

A maioria das pessoas inquiridas revela ouvir falar **“muitas vezes”** da internet, particularmente os mais jovens (60,2%), e 37% **“algumas vezes”**. Relativamente à perceção que os inquiridos revelaram sobre a importância de saber utilizar computadores e internet, demonstram maioritariamente **que consideram ser “importante”** (56%) e **“muito importante”** (30%) a utilização das TIC.

Os inquiridos usam a internet principalmente para aceder ao *Youtube* (42), às redes sociais (41) e jogar (40). Seguindo-se a navegação em sites de compras e vendas (29) e acesso às contas de email (25). Com menos indicações estão os *sites* de notícias (10) e outras pesquisas, por exemplo para a realização de trabalhos escolares (10). A utilização da internet incide principalmente em atividades que exigem pouca reflexão ao utilizador, sendo utilizada principalmente como meio de entretenimento. Apesar dessa tendência, salientamos as pesquisas realizadas em *sites* de compras e vendas. Os locais mais utilizados pelos inquiridos para acederem à internet são os espaços internet, seguindo-se o espaço CID e a escola.

O acesso a computadores, a impressão de documentos e o acesso à Internet, são feitos principalmente nos locais de acesso público, tendo particular relevo os Espaços Internet. A nossa pesquisa evidencia as dificuldades de acesso às tecnologias digitais por parte da população inquirida, quer na posse e acesso a equipamentos mas também à internet, o que configura a situação de infoexclusão (Castells, 2007).

Os espaços internet surgem em Portugal no final do século XX, como meio de colmatar a fratura digital quer do ponto de vista do acesso a equipamentos físicos, quer de meios de acesso à internet, para além de proporcionarem formação em competências básicas para a utilização das

tecnologias de informação. Estes espaços, a partir de 2012, decresceram tendo-se verificado o encerramento de muitos deles. Apesar desta realidade alguns sobreviveram permitindo, a quem necessita, o acesso à internet ou a impressão de algum documento ou ainda para quem se encontra na situação de infoexclusão que nestes espaços pode aceder às tecnologias. É por isso que **defendemos que os “Espaços Internet” que sobreviveram devem resistir e** continuar a proporcionar o acesso às tecnologias de informação àqueles que de outra forma a não têm.

Os resultados obtidos pelo inquérito, relativamente aos locais de acesso a computadores e internet convergem com as estatísticas da frequência de utilizadores dos espaços internet. A frequência desses espaços, tem um peso de 21% do total de utilizadores dos espaços internet embora sendo os ciganos cerca de 3% da população da freguesia. Nestes espaços de acesso à Internet os utilizadores para além de acederem às tecnologias encontram apoio técnico que necessitam para ultrapassar as suas dificuldades digitais.

As entrevistas realizadas a monitores dos Espaços Internet revelam as baixas competências de leitura e escrita e, conseqüentemente também digitais, das pessoas ciganas que frequentam esses espaços. Para estes profissionais as pesquisas realizadas na internet variam de acordo com a idade e também por género. Os utentes em idade adulta procuram com mais frequência os *sites* de compras e vendas, os mais novos, *sites* e plataformas relacionados à imagem, música e redes sociais e as raparigas acrescentam às suas preferências os produtos de beleza.

Os jovens ciganos estudantes são também utilizadores habituais dos espaços internet **como referido por exemplo por um monitor: “Tenho ali miúdos que andam no 5º e no 6º ano que já vêm tirar trabalhos para a escola. (...) Têm outro interesse do que os mais velhos. Já têm outro interesse porque já têm outra formação. (...) Há procura de certos trabalhos para a escola às vezes também pedem ajuda. Mas os mais novos pedem menos ajuda do que pedem os mais velhos. (Homem, 52 anos).**

Conclusões: novos desafios e a inevitabilidade do fascínio pelo digital

Persistem as desigualdades entre ciganos e não ciganos em Portugal, nas várias dimensões da vida (sobretudo questões de habitação e acesso a rendimentos condignos) e também nos baixos níveis de escolaridade e de formação profissional e de capacidade de uso de recursos informacionais e digitais.

Tal como acontece a nível nacional, a nível local, no caso dos Ciganos de Reguengos de Monsaraz persiste o grande número de pessoas que abandonaram a escola e os que não sabem ler e escrever. Outro aspeto relevante tem que ver com a iliteracia demonstrada, em que mesmo sabendo ler e escrever, não há a capacidade de ler e interpretar a leitura (de **“perceber o que está escrito”**). As políticas sociais, embora numerosas, não surtiram o

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

efeito necessário nos principais pilares estruturantes de uma vida com dignidade – a habitação, a escolaridade e o emprego. Esta pouca literacia das pessoas ciganas repercute-se na dificuldade de utilização das ferramentas tecnológicas e digitais (pouco indo para além do uso das redes sociais com a finalidade de ouvir música e acesso a sites de compra e venda). No entanto, e apesar dos constrangimentos, os mais jovens têm muito interesse pelas tecnologias digitais e alguns adultos procuram encontrar na internet (web) uma mudança do tipo de espaço de negócio, das transações tradicionais em feiras e mercados para formas mediadas por meios digitais. Em face dos resultados obtidos no estudo consideramos que a falta efetiva de competências de leitura e escrita, são os principais constrangimentos e condicionantes à literacia digital, assim como ao acesso ao emprego.

Apesar de não estarem preparados, estes indivíduos são confrontados diariamente com as tecnologias digitais e são cada vez mais frequentes os recursos do estado que implicam o acesso a plataformas na internet (por exemplo, Segurança Social, IRS, etc.). Ou seja, são enormes os desafios enfrentados do ponto de vista digital mas pouco os conhecimentos básicos para uma participação ativa e efetiva de cidadania na sociedade portuguesa, sendo que se constata que às situações de exclusão social tradicionais veio juntar-se a situação de infoexclusão.

Nesta sociedade de informação digital novos desafios são colocados às pessoas de origem cigana, às instituições educativas e à sociedade do conhecimento, no sentido de questionar políticas e práticas educativas que não têm sido capazes de reduzir o analfabetismo e promover o sucesso escolar e a literacia funcional desta população. Mas os dados disponíveis indicam que a maioria da população cigana em Portugal encontra-se pouco preparada, do ponto de vista das habilitações escolares, para fazer face aos desafios colocados por uma sociedade digital e digitalizada, pelo somatório de *handicaps* em termos de aquisição de competências escolares e de literacia (em sentido clássico e também digital). Pelos resultados de pesquisas nossas (Magano e Mendes, 2016; Medinas, 2018) e também de pesquisas internacionais (Zezulkova, 2016), podemos verificar o emergir de um interesse crescente, sobretudo por parte da nova geração de crianças e jovens ciganos mas também por parte de pessoas mais velhas, para o uso de novas **tecnologias, e para estar “em rede”, aspetos que vão sendo incorporados** na vida quotidiana. Este interesse pelas novas tecnologias pode ser um interessante instrumento de alavancagem para a escolarização e literacia, do ponto de vista digital e não digital.

Referências bibliográficas

- ANACOM. (2016). *O consumidor de comunicações eletrónicas 2015*. (1-158).
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2003). A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico. *III Jornada Internacional sobre Representações Sociais Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de setembro*

- de 2003., 69–77. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/1598>
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V 1 A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2007). *A galaxia da Internet* (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coelho, A. (1892). Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão. Em «X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas» (CONGRESSO). Obtido de <http://archive.org/details/osciganosdeportu00coeluoft>
- Decreto-lei nº, 238/98. (1998). *Decreto-lei nº 238/98 de 1 de Agosto. Diário da República nº 176/98 – I Série A*. Lisboa: Ministério do Ambiente.
- Gilster, P. (1997). *Digital Literacy*. San Francisco, CA: John Willey & Sons.
- Lévi-Strauss, C. (1952). *Raça e História*. Paris: UNESCO.
- Lusa, A. (2018). Mais de metade da população mundial está ligada à internet. Obtido 18 de Dezembro de 2018, de Observador website: <https://observador.pt/2018/12/07/mais-de-metade-da-populacao-mundial-esta-ligada-a-internet/>
- Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais- Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. (Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).
- Magano, O. (2017). Ciganos e (i) literacia digital. *Literacia e Inclusão Digital: Boas Práticas em Portugal e em Espanha*, (i), 167–173.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (2016). Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso das pessoas Ciganas Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso das pessoas Ciganas. *Revista Configurações. Ciganos e Educação.*, pp.8-26.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona.
- Medinas, C. (2018). *Ciganos e Literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz* (Dissertação de Mestrado Universidade Aberta, Lisboa, Portugal). Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.2/7659>
- Medinas, C. (2019). *Ciganos e Literacia Digital : Um estudo de caso no Distrito de Évora*. Lisboa: ACM.
- Mendes, M. M, Magano, O., & Rita, C. (2020). Ciganos portugueses: escola e mudança social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (93), 109-126.
- Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Lisboa: ACM.
- Mendes, Maria Manuela. (2012). *Identidades, racismo e discriminação: ciganos da área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Nicolau, L. (2010). *Ciganos e Não Ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um Impasse Interétnico, (Doctoral dissertation.)*, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro.
- Notícias, D. de. (2017, Agosto 2). Comissão Europeia convida países a reconhecer genocídio cigano na Segunda Guerra. *Diário de Notícias*.

Como sobreviver numa sociedade mediatizada e digital? O caso de (i)litteracia de pessoas Ciganas em Portugal

Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano* (2.^a ed.). Edição do Autor de parceria com a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (2^a Ed). Lisboa: Gradiva.

Rosa, A. M. (2012). As origens históricas da Internet: uma comparação com a origem dos meios clássicos de comunicação ponto a ponto. *Estudos em Comunicação*, (11), 89–116.

Sanou, B. (2016). ICT Facts and figures 2016. *ITU Telecommunication Development Bureau*, 1–8. Obtido de <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>

Zezulkova, M. (2016). Exploring the Czech Roma Child's Experience of Multimodal Literacy Learning & Networking at Charles University in Prague. Centre for Excellence in Media Practice (CEMP) Bournemouth University. Obtido de <http://digilitey.eu/wp-content/uploads/2015/09/Zezulkova-STSM-Report-Final.pdf>